
Sumário

1	Arts. 1 e 2	1
1.	Breve histórico	1
2.	Instrumento de acesso à justiça	3
3.	Critérios ou princípios?	6
4.	Critério da Oralidade	6
5.	Critérios da Simplicidade e da Informalidade	8
6.	Critérios da Economia Processual e da Celeridade	9
7.	Conciliação e Transação	11
2	Arts. 3 e 4	13
1.	As causas cíveis de menor complexidade	16
2.	O teto de alçada do Juizado	18
3.	O procedimento sumário e o Juizado Cível	22
4.	Da ação de despejo para uso próprio e das ações possessórias	23
5.	A natureza das causas	23
6.	As execuções de título judicial	25
7.	As execuções de título extrajudicial	26
8.	Os procedimentos especiais	27
9.	A tutela antecipada e a liminar	28
10.	O critério do domicílio do réu	29
11.	O critério do local de cumprimento da obrigação	30
12.	O critério do domicílio do autor	31
3	Arts. 5, 6 e 7	33
4	Arts. 8, 9, 10 e 11	37
1.	As pessoas físicas capazes	38
2.	Os cessionários de pessoas jurídicas	38
3.	O espólio	38
4.	O condomínio	40
5.	As microempresas, as organizações da sociedade civil de interesse público e as sociedades de crédito ao microempreendedor	40

6. O incapaz e o preso	42
7. As pessoas jurídicas de direito público, as empresas públicas da União	42
8. A massa falida e o insolvente civil	43
9. Comparecimento pessoal	44
10. Representação de pessoa jurídica	44
11. Representação de pessoa física	45
12. O advogado no sistema do JEC	46
13. Fundações	48
14. Habilitação de herdeiros menores	49
15. Liquidação extrajudicial	49
5 Arts. 12 e 13	51
1. Validade dos atos processuais	54
2. A prática de atos processuais em outras comarcas	55
3. Registro dos atos essenciais	56
4. Conservação das peças do processo e demais documentos que o instruem	56
6 Arts. 14, 15, 16 e 17	59
1. Conceitos	59
2. Requisitos da petição inicial	60
2.1. Forma e linguagem	60
2.2. Qualificação das partes	61
2.3. Fatos e fundamentos	62
2.4. Objeto	64
2.5. Valor da causa	66
2.6. Requisitos implícitos	68
2.6.1. Provas	68
2.6.2. Citação	69
2.6.3. Juízo	69
3. Pedido oral	69
3.1. Cartórios Anexos e PACs Universitários	71
3.2. Sistema de fichas	72
3.3. Formulários impressos	72
4. Pedido genérico	72
5. Pedidos alternativos	75
6. Pedidos cumulados. Conexão	76
7. Limite de Alçada	77
8. Registro	78
9. Distribuição e Autuação	78
10. Designação de Sessão de Conciliação	78

11. Prazo	80
12. Comparecimento de ambas as partes. Sessão de Conciliação	81
13. Dispensa do registro prévio e da citação	81
14. Pedido Contraposto	83
7 Arts. 18 e 19	85
1. Introdução	85
2. Da citação	86
3. Intimações	96
8 Art. 20	101
9 Arts. 21, 22, 23, 24, 25 e 26	109
10 Arts. 27, 28 e 29	115
11 Arts. 30 e 31	119
1. Contestação. Matéria de defesa	119
1.1. Linguagem adequada	121
2. Resposta oral	122
3. Arguição de suspeição ou impedimento do juiz	124
4. Vedação de reconvenção. Pedido contraposto	126
5. Resposta ao pedido contraposto	126
6. Redesignação da audiência	127
12 Arts. 32, 33, 34, 35, 36 e 37	129
13 Arts. 38, 39 e 40	135
14 Recursos no Juizado Especial Cível – Teoria Geral	139
1. Fundamento do recurso	139
2. Natureza jurídica do recurso	140
3. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	141
4. Pressupostos de admissibilidade dos recursos	143
4.1 Requisitos intrínsecos	143
4.1.1. Cabimento	143
4.1.1.1. Cabimento no recurso extraordinário	146
4.1.2. Legitimação para recorrer	149
4.1.3. Interesse em recorrer	153
4.2. Requisitos extrínsecos	158
4.2.1. Tempestividade	158

4.2.2. Regularidade formal	160
4.2.3. A repercussão geral como pressuposto extrínseco de admissibilidade do Recurso Extraordinário	164
4.2.4. Preparo – Art. 42, §1º, c.c. art. 54, parágrafo único, da Lei 9.099/1995	165
4.2.5. Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer	169
5. Efeitos dos recursos	172
5.1. Efeito devolutivo	172
5.2. Efeito suspensivo	175
5.3. Efeito expansivo	177
5.4. Efeito translativo	178
5.5. Efeito substitutivo	179
6. Aplicação do art. 557 do CPC no Juizado Especial Cível	180
7. Aplicação do art. 518, § 1º, do CPC aos Juizados Especiais	181
8. Incidente de uniformização de interpretação de lei – Art. 18 da Lei nº 12.153, de 22/12/2009	183
8.1. Divergência entre Turmas do mesmo Estado	183
8.2. Divergência entre Turmas de diferentes Estados e do Distrito Federal	186
9. Reclamação perante o Superior Tribunal de Justiça – Art. 19 da Lei nº 12.153, de 22/12/2009	187
9.1. Medida cautelar para sobrestar os processos nos quais a controvérsia esteja estabelecida	188
15 Arts. 41 a 46	189
1. Recurso inominado	189
2. Prazo para interposição do recurso inominado	190
3. Recurso adesivo	192
4. Preparo do recurso inominado	192
5. Necessidade de advogado para interposição do recurso inominado	195
6. Efeito devolutivo do recurso inominado	196
7. Transcrição da gravação da fita magnética	197
8. Processamento do recurso	198
9. Do recurso de agravo	200
10. Do recurso extraordinário	203
16 Art. 47	205
17 Arts. 48, 49 e 50	209
1. Dos embargos de declaração	209

18 Art. 51	211
1. Causas extintivas relativas às partes	212
1.1. Abandono pelo autor (inciso I)	212
1.1.1. Preposto (art. 9º, § 4º)	213
a) Advogado	215
b) Vício de representação	216
c) Estatutos sociais	217
1.1.2. Desistência tácita	218
1.1.3. Verbas de sucumbência (§ 2º)	219
1.2. Legitimidade <i>ad processum</i> (art. 8º, § 1º)	219
a) Microempresas, empresas de pequeno porte e empresário individual	220
a.1) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público e Sociedades de Crédito ao Microempreendedor	221
b) Condomínio	224
c) Espólio	225
1.2.1. Perda superveniente da legitimidade passiva <i>ad processum</i> (inciso IV)	227
1.2.2. Perda superveniente da legitimidade ativa <i>ad processum</i> (inciso IV)	228
1.3. Morte da parte (incisos V e VI)	228
2. Causas extintivas relativas ao processo	230
2.1. Inadmissibilidade do procedimento (inciso II, 1ª parte)	230
a) Complexidade jurídica e probatória	234
b) Procedimentos especiais e cautelares	235
2.1.1. Causa superveniente de inadmissibilidade (inciso II, 2ª parte)	236
a) Juizado Informal de Conciliação	236
b) Complexidade probatória em razão da defesa	237
2.2. Incompetência relativa (inciso III)	237
2.2.1. Declaração <i>ex officio</i>	238
a) Desaforamento	239
2.2.2. Incompetência absoluta	240
a) Foros regionais ou distritais	241
3. Demais casos	241
a) Pressupostos processuais e condições da ação	241
b) Pedido ilíquido	242
c) Citação por edital (art. 18, § 1º)	243
4. Intimação prévia (§ 1º)	243
5. Recurso	243
6. Repropositura da ação	245
6.1. Perempção	246

19 Art. 52	247
1. Cumprimento de sentença (Título executivo judicial)	248
1.1. Competência	248
1.2. Especificidades do título	250
1.3. Propositura da execução	250
1.4. Subsidiariedade do CPC	251
1.4.1. Aplicação do art. 475-J do CPC ao cumprimento da sentença perante os Juizados Especiais	251
1.4.1.1. Execução provisória	253
1.5. Conversão do valor da condenação fixada em BTN ou índice substitutivo	253
1.5.1. Elaboração dos cálculos	254
1.6. Desnecessidade de nova citação	254
1.7. Imposição de multa periódica (<i>astreintes</i>) para o cumprimento das obrigações de dar, fazer, não fazer	257
1.8. Penhora e depósito	259
1.9. Adjudicação e alienação extrajudicial de bem penhorado	259
1.9.1. Adjudicação	259
1.9.2. Alienação extrajudicial	260
1.9.3. Parcelamento	260
1.9.4. Publicação de editais	261
1.9.5. Remição da execução ou de bens	261
1.9.6. Concurso de preferências	261
1.10. Embargos do devedor (Impugnação)	262
1.10.1. Fundamentos dos embargos	264
1.10.1.1. Falta ou nulidade da citação, se o processo correu à revelia	264
1.10.1.2. Inexigibilidade do título	265
1.10.1.3. Penhora incorreta ou avaliação errônea	265
1.10.1.4. Ilegitimidade das partes	265
1.10.1.5. Excesso de execução	266
1.10.2. Exceção de pré-executividade	266
1.10.3. Embargos à adjudicação e à arrematação	267
1.10.4. Embargos de retenção e de terceiro	267
20 Art. 53	269
1. Da execução de título extrajudicial	269
2. Competência	270
3. Tentativa de conciliação e defesa do devedor	271
4. Possibilidade de reconhecimento da dívida e pedido de parcelamento	272
5. Avaliação do bem penhorado, possibilidade de impugnação	

do valor e sanção para a impugnação protelatória	273
6. Impenhorabilidade e inexistência de bens penhoráveis	273
21 Art. 54	275
22 Art. 55	277
1. Isenção de custas, despesas e honorários advocatícios	277
2. Ônus sucumbenciais na fase de conhecimento	278
3. Ônus sucumbenciais na fase recursal	279
4. Ônus sucumbenciais na fase de execução	279
23 Art. 56	281
1. Representação processual	281
1.1. Representação facultativa (art. 9º, <i>caput</i>)	282
1.2. Representação obrigatória (art. 9º, <i>caput</i>)	283
1.3. Representação recomendada (art. 9º, §§ 1º e 2º)	283
1.4. Mandato (art. 9º, § 3º)	284
2. Assistência judiciária (art. 9º, § 1º)	284
2.1. Defensoria Pública (art. 56)	285
2.1.1. Curadorias	285
24 Art. 57	287
1. Transação	287
1.1. Limites objetivos e subjetivos	288
a) Juizado Informal de Conciliação	289
1.2. Homologação	289
a) Recurso	289
b) Ação anulatória	290
1.3. Dispensa de termo nos autos	290
2. Transação referendada	290
25 Art. 58	293
1. Competência legislativa local	293
1.1. Juizado Especial Cível	294
2. Juizados Informais de Conciliação	295
26 Art. 59	297
1. Ação Rescisória	297
2. Outros meios de impugnação	299
2.1. Ações anulatória e declaratória	299
2.2. Embargos à execução	300
2.3. Embargos de declaração	301

27 Anexo 1 305

28 Anexo 2 323

29 Anexo 3 329

30 Anexo 4 335

31 Anexo 5 345

31 Anexo 6 347

32 Bibliografia 377